

**EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E INTERCULTURALIDADE: PERSPECTIVAS
DECOLONIAIS PARA UMA ESCOLA ANTIRRACISTA**

**QUILOMBOLA EDUCATION AND INTERCULTURALITY: DECOLONIAL
PERSPECTIVES FOR AN ANTIRACIST SCHOOL**

**EDUCACIÓN QUILOMBOLA E INTERCULTURALIDAD: PERSPECTIVAS
DECOLONIALES PARA UNA ESCUELA ANTIRRACISTA**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n10-133>

Data de submissão: 15/09/2025

Data de publicação: 15/10/2025

Luis Félix de Barros Vieira Rocha

Doutor em Educação

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: luis.felix@ufma.br

Pricilla Leite Costa

Especialista em Magistério Superior

Instituição: Centro Universitário do Maranhão

E-mail: priscillaleitec@gmail.com

Jailson Gomes Rezende

Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Literatura em Língua Inglesa

Instituição: Faculdade de Ibra de Minas Gerais

E-mail: jailson-rezende@hotmail.com

Jakeline Rodrigues

Especialista em Coordenação Pedagógica

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: jakelinerodrigues1378@gmail.com

Almerinda Pereira Figueiredo

Especialista em Docência do Ensino Superior

Instituição: Universidade Federal do Maranhão

E-mail: almerindarodrigues1378@gmail.com

Francisco Raimundo Ferreira dos Santos

Especialista em Metodologia do Ensino de Geografia

Instituição: Faculdade Facuminas

Email: franciscoferreira72@hotmail.com

Marcieny Pereira

Especialista em Supervisão, Gestão e Planejamento Educacional

Instituição: Instituto de Ensino Superior Franciscano

E-mail: marcienyp@hotmail.com

Eidmar Mendes Rodrigues

Especialista em Educação Especial Inclusiva

Instituição: Universidade Estadual do Maranhão

E-mail: eidmar.mendes2@hotmail.com

José Antonio Sousa Ramos

Especialista em Metodologia Inovadoras Aplicada a Educação, Ensino de Matemática e Ciências

Instituição: Instituto de Ensino Superior Franciscano

E-mail: joseantoniosousaramos@gmail.com

Maria da Natividade Nogueira Lima

Especialista em Língua portuguesa e Literatura Instituição Brasileira

Instituição: Instituto de Ensino Superior Franciscano

E-mail: sinolelima@hotmail.com

RESUMO

Este artigo analisa como a educação quilombola, articulada à interculturalidade e à perspectiva decolonial, pode contribuir para a construção de uma escola antirracista e inclusiva. Fundamentado em autores como Freire (1996), Walsh (2001), Santos (2006, 2007), Gomes (2012), Maldonado-Torres (2007) e Grosfoguel (2011), o estudo adota uma abordagem qualitativa e bibliográfica, destacando a educação quilombola como um projeto político-pedagógico de resistência, valorização dos saberes afro-brasileiros e fortalecimento das identidades negras. Defende-se uma pedagogia crítica e emancipadora, que reconheça a diversidade cultural como princípio formativo e promova a justiça social, o diálogo entre saberes e a superação das práticas exclucentes.

Palavras-chave: Educação Quilombola. Interculturalidade. Decolonialidade.

ABSTRACT

This article examines how Quilombola education, in dialogue with interculturality and the decolonial perspective, can contribute to building an antiracist and inclusive school. Drawing on theorists such as Freire (1996), Walsh (2001), Santos (2006, 2007), Gomes (2012), Maldonado-Torres (2007), and Grosfoguel (2011), this qualitative and bibliographic study highlights Quilombola education as a political-pedagogical project of resistance that values Afro-Brazilian knowledge and strengthens Black cultural identities. It advocates for a critical and emancipatory pedagogy that recognizes cultural diversity as a formative principle and promotes social justice, intercultural dialogue, and the deconstruction of exclusionary practices.

Keywords: Quilombola Education. Interculturality. Decoloniality. Antiracism. Afro-Brazilian Knowledge.

RESUMEN

Este artículo analiza cómo la educación quilombola, en diálogo con la interculturalidad y la perspectiva decolonial, puede contribuir a la construcción de una escuela antirracista e inclusiva. Basado en autores como Freire (1996), Walsh (2001), Santos (2006, 2007), Gomes (2012), Maldonado-Torres (2007) y Grosfoguel (2011), el estudio adopta un enfoque cualitativo y bibliográfico, destacando la educación quilombola como un proyecto político-pedagógico de resistencia, valorización de los saberes afrobrasileños y fortalecimiento de las identidades negras. Se defiende una pedagogía crítica y

emancipadora que reconozca la diversidad cultural como principio formativo y promueva la justicia social, el diálogo entre saberes y la superación de las prácticas excluyentes.

Palabras clave: Educación Quilombola. Interculturalidad. Decolonialidad. Antirracismo. Saberes Afrobrasileños.

1 INTRODUÇÃO

A educação quilombola no Brasil tem se constituído, ao longo dos anos, como um campo de luta por reconhecimento e valorização das culturas e saberes tradicionais das comunidades afrodescendentes. As práticas pedagógicas desenvolvidas nesse contexto buscam respeitar as especificidades culturais e históricas de um povo que, por séculos, foi marginalizado e silenciado (2024, Rocha). Mais do que transmitir conteúdos curriculares, a escola quilombola tem como missão preservar os saberes ancestrais, fortalecer a identidade coletiva e promover a autonomia das comunidades, reafirmando o direito à educação como instrumento de emancipação e justiça social.

Compreender que os saberes, práticas e tradições das comunidades quilombolas fazem parte do universo escolar é reconhecer que eles constituem elementos essenciais na formação histórica e cultural dos sujeitos. Inserir esses conhecimentos na escola é, portanto, uma forma de construir cidadania, promovendo o diálogo entre a educação formal e as experiências de vida das comunidades negras. Nesse sentido, o papel da educação ultrapassa a simples transmissão de conteúdos: ela se transforma em um espaço de resistência, preservação e fortalecimento da identidade étnica dos educandos, favorecendo o desenvolvimento de uma consciência coletiva enraizada em suas memórias, histórias, lutas e raízes ancestrais.

Dessa maneira, essas práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais emergem como resposta à urgência de enfrentar a discriminação racial e de transformar os processos educacionais que, historicamente, reproduzem a exclusão e a homogeneização cultural. A educação quilombola, nesse contexto, se consolida como um instrumento político e pedagógico fundamental para a construção de uma escola comprometida com a equidade racial, a valorização dos saberes afro-brasileiros e o fortalecimento da identidade quilombola. Mais do que uma proposta educativa, ela representa um movimento de resistência e afirmação que busca romper com os legados do colonialismo e do racismo estrutural, promovendo uma educação voltada para a justiça social, a autonomia e a emancipação das comunidades negras.

Historicamente marginalizadas e privadas de seus direitos, as comunidades quilombolas simbolizam a resistência e a luta pela reafirmação da cultura afro-brasileira diante de um sistema educacional marcado pela imposição de modelos eurocentrados. De acordo com Rocha (2024, p.81):

A sede de desqualificar o(a) negro(a) e os povos originários, e colocá-los na condição de mercadoria e objeto de consumo, fez parte de um projeto fetichista do colonizador, que deteve o poder político, econômico e cultural, exercendo seu domínio sobre os corpos negros e indígenas.

Esses modelos, ao desconsiderarem as especificidades e demandas quilombolas, acabam por perpetuar uma lógica de silenciamento e subordinação, na qual os saberes culturais, históricos, políticos, linguísticos e sociais do colonizador são colocados em posição de superioridade.

Nesse cenário, a ausência de práticas pedagógicas afrocentradas que contemplam a história, as vivências e as contribuições dos povos quilombolas para a formação do Brasil produz invisibilidades e desigualdades persistentes. Essa lacuna reforça estigmas e desvaloriza as identidades e os conhecimentos ancestrais que compõem a base da cultura afro-brasileira.

Diante disso, a educação quilombola, reconhecida como modalidade da Educação Básica, surge das lutas e mobilizações dos movimentos sociais, especialmente do movimento negro quilombola. Ela se consolida como uma resposta crítica ao modelo de ensino estruturado a partir da perspectiva do colonizador, que há séculos orienta a educação brasileira. Assim, a educação quilombola busca ressignificar o processo de ensino-aprendizagem, tornando-o significativo, emancipador e enraizado nas experiências, histórias e saberes das comunidades negras que continuam a resistir e a transformar a realidade educacional do país.

Partindo desse contexto histórico de lutas, silenciamentos e resistências, emerge a necessidade de compreender a educação quilombola como um caminho essencial para a construção de uma escola comprometida com a equidade racial e a justiça social. Ao articular-se com os princípios da interculturalidade e com a perspectiva decolonial, essa modalidade educativa propõe o rompimento com o modelo eurocentrado que historicamente orientou o sistema de ensino brasileiro, substituindo-o por uma proposta que valoriza a diversidade, reconhece os saberes tradicionais e promove o diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

Nessa perspectiva, o problema de pesquisa que orienta este estudo — como a educação quilombola, articulada à interculturalidade e à perspectiva decolonial, pode contribuir para a construção de uma escola antirracista que valorize os saberes tradicionais e promova práticas pedagógicas inclusivas e emancipadoras? — revela o compromisso com uma reflexão crítica sobre os sentidos e as possibilidades de uma educação transformadora.

Assim, o objetivo geral consiste em analisar de que modo a educação quilombola, em diálogo com a interculturalidade e a decolonialidade, pode fortalecer a construção de uma escola antirracista, promovendo a valorização dos saberes afro-brasileiros e a superação das práticas excludentes que ainda persistem no espaço escolar. Para tanto, propõem-se como objetivos específicos: contextualizar o conceito de educação quilombola e sua relação com as lutas por direitos e identidade no Brasil; discutir a interculturalidade como princípio de diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos escolares; analisar as contribuições da perspectiva decolonial para práticas pedagógicas críticas e

antirracistas; identificar desafios e possibilidades para a efetivação dessa educação; e, por fim, apontar estratégias pedagógicas que consolidem a escola como espaço de valorização das culturas afrodescendentes e de enfrentamento ao racismo estrutural.

Dessa forma, o estudo busca reafirmar a educação quilombola como um projeto político-pedagógico de resistência, que não apenas reivindica o direito à educação de qualidade, mas também propõe um novo modo de pensar e fazer educação — um modo que se funda na memória, na ancestralidade e na luta por emancipação dos povos negros.

2 METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter bibliográfico-analítico, voltada à compreensão das práticas pedagógicas quilombolas em diálogo com a interculturalidade e a perspectiva decolonial, com o objetivo de analisar como essas práticas contribuem para a construção de uma escola antirracista, valorizando os saberes afro-brasileiros e promovendo práticas pedagógicas inclusivas e emancipadoras. A pesquisa qualitativa é adequada, pois privilegia a compreensão aprofundada dos fenômenos educacionais, considerando o contexto histórico, cultural e social das comunidades quilombolas. Conforme Gil (2019, p. 40), a pesquisa qualitativa tem por objetivo “compreender os fenômenos sob a perspectiva dos sujeitos envolvidos, valorizando a complexidade das situações e a interpretação de significados”.

Trata-se também de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise de obras, artigos científicos, relatórios e documentos oficiais sobre educação quilombola, interculturalidade e decolonialidade. Segundo Lakatos e Marconi (2010, p. 72), a pesquisa bibliográfica consiste em investigar o que já foi publicado sobre determinado tema, proporcionando conhecimento mais aprofundado e sistemático.

A análise dos materiais seguiu um procedimento interpretativo e crítico, buscando identificar concepções de educação quilombola e suas contribuições para a valorização da cultura afro-brasileira, estratégias de interculturalidade aplicáveis ao contexto escolar e elementos da perspectiva decolonial que fundamentam práticas pedagógicas antirracistas. Conforme Minayo (2017, p. 28), a análise qualitativa permite interpretar e compreender os significados atribuídos pelos sujeitos e contextos, considerando a historicidade e as dimensões culturais do fenômeno estudado.

Por fim, cabe destacar que, por se tratar de estudo bibliográfico-analítico, esta pesquisa não contempla dados empíricos coletados diretamente em campo, o que pode limitar a observação das práticas pedagógicas quilombolas. No entanto, a riqueza de fontes teóricas e documentais permite

desenvolver uma compreensão crítica e aprofundada do tema, fornecendo subsídios importantes para futuras pesquisas de caráter empírico ou participativo.

3 EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: IDENTIDADE, RESISTÊNCIA E EMANCIPAÇÃO

A partir da Constituição Federal de 1988, os documentos legais e educacionais do Brasil passaram a enfatizar a necessidade de trabalhar conteúdos que promovam a formação e a valorização da identidade das comunidades quilombolas. Nesse sentido, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996) estabelece que os professores devem planejar e desenvolver suas práticas pedagógicas com base em conteúdos que contemplam o reconhecimento histórico, cultural e social desses povos, promovendo o respeito à diversidade e a construção de uma educação inclusiva e emancipadora.

a) da memória coletiva; b) das línguas reminiscentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (Brasil, 2012).

A Educação Escolar Quilombola encontra respaldo em diferentes marcos legais brasileiros, garantindo que as práticas pedagógicas valorizem a memória, a cultura e a identidade dessas comunidades. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (2012) destacam que essa modalidade organiza o ensino ministrado nas instituições educacionais, fundamentando-se na memória coletiva, nas línguas remanescentes, nos marcos civilizatórios, nas práticas culturais, nos acervos e repertórios orais, nos festejos, usos, tradições e demais elementos que constituem o patrimônio cultural das comunidades quilombolas em todo o país. A educação quilombola abrange a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, o Ensino Médio, a Educação Especial, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e a Educação de Jovens e Adultos, inclusive na modalidade a distância, atendendo populações quilombolas rurais e urbanas em suas diversas formas de produção cultural, social, política e econômica (Brasil, 2012, p. 26)

Além disso, essa modalidade está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei 9.394/1996), que estabelece que a educação quilombola deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino, públicos e privados, localizados em comunidades reconhecidas como quilombolas, rurais ou urbanas, bem como por escolas próximas aos territórios quilombolas que atendam uma parcela significativa desses estudantes. Esse entendimento foi reforçado pela Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014, que alterou a LDB para incluir a exigência de manifestação de órgão

normativo do sistema de ensino antes do fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas (Brasil, 2014).

Dessa forma, a legislação brasileira estabelece bases sólidas para que a educação quilombola seja entendida não apenas como oferta de ensino, mas como um instrumento de valorização cultural, preservação da identidade e promoção da inclusão social, garantindo que os conteúdos e práticas pedagógicas respeitem e fortaleçam as tradições e saberes das comunidades negras. Segundo Arantes e Silva (2020), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que orienta a elaboração do currículo escolar, estabelecendo uma base comum a ser seguida por todas as escolas. No caso das comunidades quilombolas, a preservação da memória, da cultura e das histórias de seus antepassados é fundamental para a formação da identidade, que se constrói tanto de forma estruturada, apoiada em laços de parentesco, quanto de maneira fluida, conforme ressaltado por Carvalho (2002, p. 4).

À luz da LDB e de seus desdobramentos na Educação Quilombola, a pesquisadora Gomes (2012) enfatiza a importância da decolonização do currículo escolar, de modo a incluir culturas historicamente negadas e silenciadas. Nesse processo, é essencial a formação de professores reflexivos, conscientes da relevância de trabalhar com sujeitos historicamente marginalizados. A decolonização curricular possibilita, por meio da LDB e da Lei nº 10.639/2003, a discussão das questões étnico-raciais, ampliando a perspectiva pedagógica sobre a população negra e garantindo a inclusão de suas vozes no ambiente escolar.

Dessa forma, torna-se imprescindível que as escolas elaborem seus currículos considerando a BNCC como referência, mas também incorporando conteúdos regionais que dialoguem com os saberes e contextos das comunidades quilombolas. Tais conteúdos regionais são fundamentais para a formação dos alunos, pois aproximam o ensino da realidade histórica, geográfica e cultural em que estão inseridos, permitindo que o aprendizado seja significativo e ancorado na experiência concreta dos estudantes.

A Base Comum deve ser contemplada em sua totalidade nos currículos estaduais, municipais e das instituições de ensino. A parte diversificada, por sua vez, pode corresponder a até 40% dos currículos locais. Dentro desta margem, cabe aos profissionais da educação a definição dos conteúdos que são relevantes para a realidade em que estão inseridos (Brasil, 2022).

As escolas devem estar atentas para que a oferta de ensino destinada às comunidades quilombolas respeite suas histórias, vivências e memória, considerando que os aprendizados são transmitidos e preservados entre gerações. Para tanto, é fundamental que os educadores recebam formação adequada, capaz de atender às diferentes características desse público, e que a elaboração do

currículo siga as orientações pedagógicas previstas na legislação educacional, garantindo a qualidade do ensino e o direito à educação para esses sujeitos.

Apesar dos avanços, a Educação Quilombola ainda enfrenta diversos desafios. Conforme Carril (2017), é necessário superar estigmas ligados às origens dos estudantes, promover a formação adequada de professores, assegurar infraestrutura escolar adequada e disponibilizar recursos didáticos apropriados. No entanto, trata-se de uma modalidade que amplia as possibilidades de estudo para os alunos quilombolas em seus próprios territórios, contando com recursos e materiais de incentivo, como os disponibilizados pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

De acordo com Campos e Gallinari (2017), a Educação Quilombola é fruto das lutas dos movimentos sociais negros, que buscaram enfrentar preconceitos e discriminações que resultavam em exclusão social e econômica, especialmente no acesso ao mercado de trabalho. Nesse contexto, surgem as escolas quilombolas, com o objetivo de valorizar a cultura do povo negro e promover a conscientização e o empoderamento dos estudantes. Quando estruturadas conforme a legislação educacional, essas escolas oferecem condições pedagógicas e estruturais adequadas, favorecendo a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos.

Estudos de caso, como o realizado por Santos e Santos (2020) em Conceição das Crioulas, no município de Salgueiro, Pernambuco, demonstram que a educação quilombola é fundamental para centralizar o conhecimento, preservar a cultura e as raízes históricas da comunidade, além de abrir novos horizontes para o futuro. Segundo os autores, a formação específica possibilita a transformação de jovens e adultos, promovendo desenvolvimento pessoal e intelectual por meio de atividades escolares, congressos, reuniões e outros eventos que ampliam a visão de mundo dos estudantes (Santos; Santos, 2020, p. 2).

Dessa forma, comprehende-se que a educação quilombola contribui significativamente para a formação dos sujeitos quilombolas, oferecendo conhecimento que valoriza suas raízes históricas e preserva suas memórias, cumprindo o que é assegurado pela legislação educacional. As comunidades quilombolas representam símbolos de ancestralidade e resistência, desempenhando um papel fundamental no processo educacional.

A ancestralidade na educação constitui um meio de transmissão do saber por meio da oralidade, atuando tanto na memória individual quanto coletiva. Nesse sentido, para os povos negros, especialmente os quilombolas, a oralidade tornou-se uma fonte central de conhecimento, uma vez que, historicamente, eram proibidos de frequentar as escolas formais. Além disso, a bibliografia sobre a memória e a história desses grupos ainda é limitada, e o ambiente escolar permanece, em muitos

contextos, hostil à diversidade. Portanto, foi por meio da oralidade que as comunidades quilombolas conseguiram preservar suas tradições e manter vivas suas práticas culturais ao longo do tempo.

Complementarmente, a memória coletiva articula os quilombolas em torno da terra, da etnia e do território, tornando-se um elemento central nas lutas dessas comunidades. Dessa forma, é fundamental “salvaguardar e reforçar a identidade cultural em ambientes escolares que, explicitamente ou não, podem vir a manifestar formas de preconceito e racismo e repensar processos educacionais que abarquem as comunidades quilombolas” (Carril, 2017, p. 544).

Nesse contexto, a utilização de metodologias que valorizem o universo cultural e histórico dessas comunidades revela-se essencial. Elementos como cantos, danças, literatura, histórias de vida e culinária assumem significado pleno dentro dos territórios quilombolas, reforçando a identidade e o vínculo com a cultura ancestral. Portanto, essa relação com o lugar e com a cultura constitui uma verdadeira ferramenta pedagógica, indispensável para a construção de uma educação crítica, emancipadora e comprometida com a valorização das tradições e saberes das comunidades quilombolas.

O trato da questão racial no currículo e as mudanças advindas da obrigatoriedade do ensino de História da África e das culturas afrobrasileiras nos currículos das escolas da educação básica só poderão ser considerados como um dos passos no processo de ruptura epistemológica e cultural na educação brasileira se esses não forem confundidos com “novos conteúdos escolares a serem inseridos” ou como mais uma disciplina. Trata-se, na realidade, de uma mudança estrutural, conceitual, epistemológica e política (Gomes, 2012, p. 106).

A educação quilombola é um processo de resistência que visa afirmar e preservar as identidades culturais afro-brasileiras, reconhecendo-as como legítimas e fundamentais para a construção de uma sociedade plural. Segundo Silva (2022), “a educação escolar quilombola é um processo político e de resistência”, que busca valorizar os saberes ancestrais e fortalecer os vínculos comunitários. Essa abordagem educacional não se limita ao ensino formal, mas incorpora práticas culturais, linguísticas e espirituais próprias das comunidades quilombolas, promovendo uma educação contextualizada e inclusiva.

A resistência quilombola se manifesta na luta pela preservação do território e pela afirmação da identidade étnica. De acordo com Miranda (2018), “a compreensão das formas de resistência ao apagamento das comunidades permite aproximações a uma identidade desnaturalizada”. As comunidades quilombolas enfrentam desafios como a disputa por terras, o racismo estrutural e a invisibilidade social, mas utilizam a educação como ferramenta para afirmar sua autonomia e combater as desigualdades.

A emancipação das comunidades quilombolas está intrinsecamente ligada à educação, que possibilita o acesso ao conhecimento e ao exercício pleno da cidadania. Araújo (2024) destaca que "a educação escolar quilombola é essencial para a valorização da identidade cultural e a promoção de uma educação inclusiva". Ao integrar saberes tradicionais e práticas pedagógicas inovadoras, a educação quilombola contribui para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde as diferenças são respeitadas e celebradas.

4 INTERCULTURALIDADE E DIÁLOGO ENTRE SABERES

Questionar a visão positivista e linear da Ciência, que frequentemente privilegia perspectivas eurocêntricas e desconsidera a diversidade sociocultural, é tão importante quanto fomentar práticas pedagógicas que integrem a interculturalidade (Aikenhead, 2006). Nesse contexto, o ensino não deve se limitar a conteúdos disciplinares isolados, mas assumir uma postura crítica e reflexiva, conectando saberes científicos aos desafios sociais, culturais e tecnológicos presentes na vida dos estudantes.

É fundamental que essas práticas reconheçam o conhecimento como um processo dinâmico e em constante reconstrução, no qual diferentes formas de compreender o mundo — incluindo crenças, valores e tradições locais — são consideradas legítimas e enriquecedoras para o aprendizado. Tal abordagem amplia a compreensão de que múltiplas maneiras de interpretar a realidade coexistem e possuem valor epistemológico, contribuindo para uma educação mais inclusiva e equitativa.

No âmbito da formação docente, essa perspectiva reforça a necessidade de uma reflexão contínua sobre a prática pedagógica, aproximando teoria e ação de forma crítica e contextualizada. Ao promover modos diversos de pensar e enxergar o mundo, os professores são instigados a desenvolver processos formativos que respeitem a pluralidade cultural e possibilitem aos estudantes construir uma compreensão mais ampla e complexa da vida, da ciência e da sociedade (Pimenta, 2012).

O diálogo intercultural desempenha um papel crucial ao valorizar saberes tradicionais e divulgar práticas sociais de diferentes grupos, promovendo o reconhecimento da cultura local como um espaço de integração e troca de conhecimentos. Essa perspectiva permite estabelecer conexões entre os saberes científicos e os modos de vida presentes nas comunidades, considerando a sociedade em sua amplitude e o território em suas especificidades.

Para Catherine Walsh, a interculturalidade significa:

- Um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade mútua, simetria e igualdade.
- Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença.

- Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder da sociedade não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados.
- Uma tarefa social e política que interpela ao conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade.
- Uma meta a alcançar (Walsh, 2001, p. 10-11).

Nesse sentido, a construção do conhecimento deixa de ser linear e isolada, abrindo espaço para múltiplas interpretações da realidade. Ao articular ciência e cultura, é possível gerar práticas educativas que respeitem a diversidade, reconhecendo que cada contexto histórico, social e ambiental oferece contribuições singulares para o aprendizado. A integração entre saberes promove a reflexão sobre diferentes formas de conhecimento, tornando o processo educativo mais significativo e conectado às experiências concretas dos sujeitos envolvidos.

Portanto, é essencial criar oportunidades pedagógicas que estimulem a interconexão entre ciência e cultura, reconhecendo que novas perspectivas podem emergir dessa interação. A valorização do diálogo intercultural possibilita a construção de uma visão de mundo mais plural, em que os saberes tradicionais e científicos se complementam, fortalecendo práticas educativas que considerem a diversidade cultural, social e ambiental como elementos centrais na formação dos indivíduos:

[...] a relativa perda de confiança epistemológica na ciência durante a segunda metade do século XX ocorreu de par com a crescente crença popular na ciência. A relação entre crenças e ideias como duas entidades distintas passa a ser uma relação entre duas maneiras de experienciar socialmente a ciência. Essa dualidade faz com que o reconhecimento da diversidade cultural do mundo não signifique necessariamente o reconhecimento da diversidade epistemológica do mundo. (Santos, 2010).

A construção de processos educativos que integrem uma ciência humanizada busca promover a formação de cidadãos críticos, capazes de atuar de forma consciente nos contextos sociais e culturais em que estão inseridos. Essa perspectiva valoriza a multiplicidade de saberes e reconhece que o conhecimento não se restringe às fronteiras da ciência formal, devendo atender aos interesses coletivos e formativos.

Nesse sentido, o diálogo intercultural se apresenta como instrumento essencial, permitindo a apropriação e valorização de saberes tradicionais de diferentes culturas, bem como a expansão das interações entre campos epistemológicos diversos. Essas interações, mediadas por contextos sociais e culturais, possibilitam rupturas frente à ideia de uma ciência socialmente neutra, abrindo espaço para práticas educativas inclusivas e conectadas às realidades concretas dos sujeitos. Como enfatiza Santos (2007), “[...] a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico [...]”, reforçando a importância de reconhecer a pluralidade de saberes.

A proposta da Ecologia dos Saberes de Santos (2006) oferece uma abordagem que não vê esses processos como antagônicos, mas como oportunidades de construir pontes entre ciência e cultura. Essa perspectiva pode se efetivar por meio de práticas pedagógicas que integrem educação, cultura popular e ciência, desenvolvidas tanto em territórios do Sul global quanto em espaços do Norte global que resistem ao modelo cultural hegemônico. Nenhuma cultura deve ser considerada superior a outra, e os saberes de uma tradição não devem se sobrepor aos produzidos por outras culturas; pelo contrário, devem dialogar de forma construtiva, promovendo o encontro entre conhecimentos populares e científicos e contribuindo para a construção de uma existência pautada na igualdade respeitosa das diferenças.

A igualdade defendida por essa abordagem não significa homogeneização, mas valorização das diferenças como elementos que potencializam o desenvolvimento mais harmônico e solidário. Diferentes formas de conhecimento devem ser reconhecidas em condições equânimes, social, política e culturalmente. Conforme Rowland (1987), a diversidade é o motor do progresso humano, pois permite a colaboração entre culturas distintas e proporciona compreensão aprofundada dos sistemas culturais.

Para alcançar essa compreensão, é necessário adotar um interculturalismo crítico, fundamentado em epistemologias e políticas que promovam uma utopia concreta de polifonia cultural. Esse processo implica práticas cotidianas de diálogo, amizade e cuidado mútuo, em substituição às violências da colonialidade e do colonialismo. Levinás (1977) enfatiza que a paz verdadeira deve surgir da relação ética entre eu e outro, baseada em bondade e respeito mútuo, e não apenas da ausência de conflitos. Nesse contexto, a educação intercultural desempenha papel central ao desconstruir o caráter etnocêntrico da escola, integrando saberes populares e culturais aos currículos e fomentando comunidades educativas pautadas na justiça, na solidariedade e na valorização da diversidade epistemológica (Freire, 1996; Candau, 2013).

Assim, o objetivo é construir um mundo alicerçado no interculturalismo crítico, orientado por preceitos e características que promovam o diálogo entre culturas, a equidade social e a valorização das múltiplas formas de conhecimento. Assim:

Um processo dinâmico e permanente de relação, comunicação e aprendizagem entre culturas em condições de respeito, legitimidade, simetria e igualdade. Um intercâmbio que se constrói entre pessoas, conhecimentos, saberes e práticas culturalmente diferentes, buscando desenvolver um novo sentido entre elas na sua diferença. Um espaço de negociação e de tradução onde as desigualdades sociais, econômicas e políticas, e as relações e os conflitos de poder não são mantidos ocultos e sim reconhecidos e confrontados. Uma tarefa social e política que interpela ao conjunto da sociedade, que parte de práticas e ações sociais concretas e conscientes e tenta criar modos de responsabilidade e solidariedade. Uma meta a alcançar. (Walsh, 2001, p. 10-11).

Seguindo a perspectiva proposta por Walsh (2001), a educação popular desempenha um papel fundamental na construção de uma educação pautada na interculturalidade. Sob a ótica do pensamento freireano, essa abordagem sempre se preocupou em denunciar as injustiças perpetradas contra os oprimidos e, a partir dessa denúncia, articular teoria e prática em prol de uma vida orientada por políticas e pedagogias voltadas para a libertação de todos os seres humanos.

O núcleo dessa pedagogia reside no diálogo entre sujeitos históricos, sociais e culturais, reconhecendo a complementaridade da diversidade cultural e respeitando a preservação da identidade de cada grupo. A educação popular parte da premissa de que o aprendizado deve ser construído coletivamente, envolvendo educandos e educadores em um processo de constante reflexão e ação sobre a realidade.

O ponto de partida e de chegada dessa prática pedagógica é a utopia concreta de um mundo estruturado na participação, no amor, na solidariedade e na justiça social. Esse mundo é (re)construído diariamente por educandos e educadores comprometidos com a transformação de realidades de opressão, dominadas pela lógica mercadológica, em contextos sustentados pela liberdade, pela democratização social e política e pela ética voltada à humanização plena, nos mais diversos espaços da sociedade.

Portanto, a interculturalidade, ao orientar práticas educativas pautadas no diálogo entre saberes diversos, revela-se essencial para a construção de uma educação crítica e humanizadora. Nesse processo, conhecimentos científicos, saberes populares e tradições culturais dialogam de forma complementar, promovendo a valorização da diversidade epistemológica e fortalecendo a formação de sujeitos socialmente engajados, reflexivos e éticos (Santos, 2006; Freire, 1996; Walsh, 2001). Ao integrar experiências comunitárias e contextos culturais aos currículos escolares, a educação torna-se um espaço de construção coletiva de conhecimento, no qual a diferença é reconhecida não como obstáculo, mas como recurso potencializador do aprendizado, da cidadania e da humanização plena. Essa abordagem reafirma a necessidade de práticas pedagógicas que promovam justiça social, solidariedade e respeito às múltiplas formas de vida e de conhecimento, consolidando a educação como instrumento de emancipação e transformação social.

5 PERSPECTIVA DECOLONIAL E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS NA EDUCAÇÃO QUILOMBOLA

A perspectiva decolonial na educação quilombola surge como uma abordagem crítica que questiona os legados da colonialidade do poder, do saber e do ser, historicamente impostos às populações negras no Brasil. Esse olhar propõe uma ruptura com modelos educacionais eurocêntricos,

homogêneos e excludentes, valorizando saberes, práticas culturais e histórias locais que foram marginalizadas pelo sistema escolar tradicional. Maldonado-Torres (2007) afirma que a colonialidade do poder se perpetua nas estruturas sociais e educacionais, impondo hierarquias de conhecimento que desvalorizam experiências e epistemologias não hegemônicas.

No contexto da educação quilombola, a perspectiva decolonial busca promover uma pedagogia que articule ciência, cultura e memória, reconhecendo a importância de integrar saberes tradicionais, comunitários e afro-brasileiros aos currículos escolares. Essa abordagem fortalece a identidade cultural das comunidades, contribui para a resistência histórica frente a processos de marginalização e cria espaços educativos de emancipação social e cognitiva (Grosfoguel, 2011). Assim, a educação quilombola, ao adotar um olhar decolonial, não apenas transmite conteúdos formais, mas também valoriza a pluralidade de experiências e promove a construção de sujeitos críticos e socialmente engajados.

A educação nas escolas quilombolas distingue-se por uma prática pedagógica que valoriza e preserva as tradições culturais dessas comunidades, articulando o ensino formal com os saberes, vivências e práticas cotidianas dos quilombolas. Bezerra (2023) ressalta que “a educação quilombola vai além da simples transmissão de conteúdo, pois se fundamenta em uma pedagogia que reconhece e promove as práticas culturais quilombolas, como as danças, músicas e a preservação das tradições orais” (p. 85). Dessa forma, atividades culturais desempenham um papel crucial na construção de uma identidade étnica, fortalecendo o vínculo dos estudantes com a história de seus povos e incentivando o reconhecimento de sua própria cultura.

As metodologias aplicadas nessas escolas são planejadas a partir de uma visão educativa que resgata e valoriza os saberes afro-brasileiros. Segundo Santos, Viana et al. (2024), “as atividades pedagógicas nas escolas quilombolas, que envolvem as danças, as músicas e as narrativas orais, não só contribuem para a aprendizagem dos alunos, mas também os conectam com as raízes culturais de sua comunidade” (p. 94). A inclusão dessas práticas no currículo escolar constitui uma estratégia eficaz para fortalecer a autoestima dos estudantes, promover a continuidade das tradições culturais e consolidar uma educação que respeita e afirma a identidade quilombola.

Além de preservar a memória histórica, as práticas pedagógicas quilombolas têm impacto significativo na promoção de uma educação antirracista. Conforme destacam Santos, Viana et al. (2024), “ao integrar saberes afro-brasileiros no contexto escolar, as escolas quilombolas proporcionam aos estudantes uma formação que combate a marginalização e o racismo, ao mesmo tempo em que afirma a cultura negra como um elemento essencial para a educação” (p. 112).

A inserção de práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais nas escolas brasileiras configura-se como um passo essencial para a promoção de uma educação inclusiva e equitativa. Esse processo ganha relevância ainda maior quando considerado no contexto das escolas quilombolas, cujas práticas educativas historicamente buscam valorizar os saberes, as tradições e a identidade cultural das comunidades negras.

Nesse sentido, a implementação de abordagens pedagógicas que desconstruam estereótipos raciais e étnicos contribui para o fortalecimento da autoestima dos estudantes quilombolas e para o reconhecimento de suas histórias e trajetórias como parte integrante da memória social brasileira. Como ressalta Araujo (2025), “as práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais nas escolas exigem que as instituições educacionais reavaliem seus métodos de ensino, promovendo a diversidade étnico-racial no cotidiano escolar e questionando narrativas históricas excludentes” (p. 50).

O papel do docente é central nesse processo, pois a efetividade das práticas antirracistas e decoloniais depende de profissionais preparados para lidar de forma crítica com as questões étnico-raciais e capazes de reconhecer as especificidades culturais de seus alunos. Em escolas quilombolas, essa atuação exige não apenas o uso de materiais didáticos que refletem a cultura afro-brasileira, mas também a criação de experiências pedagógicas que reforcem a identidade e a memória coletiva dos estudantes.

Santos et al. (2024) destacam que “currículos que integram a história e a cultura afro-brasileira e indígena são fundamentais para que os alunos compreendam a diversidade do Brasil e reconheçam as formas de resistência e luta das populações marginalizadas” (p. 95). Assim, a educação quilombola não apenas proporciona aprendizado acadêmico, mas também promove o respeito à diversidade, o fortalecimento de vínculos comunitários e a formação de cidadãos conscientes de seu lugar no mundo, valorizando a riqueza cultural que atravessa a história do país.

6 CONCLUSÃO

A educação quilombola, articulada à interculturalidade e à perspectiva decolonial, revela-se como um instrumento pedagógico e político essencial para a construção de uma escola antirracista, inclusiva e comprometida com a justiça social. Ao valorizar saberes afro-brasileiros, práticas culturais e memórias coletivas, essas escolas promovem a preservação da identidade quilombola, fortalecem a autoestima dos estudantes e incentivam o respeito à diversidade cultural, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes de suas raízes históricas e culturais.

A implementação de práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais nos currículos escolares permite a desconstrução de estereótipos raciais, amplia o reconhecimento histórico das comunidades

afrodescendentes e cria ambientes educativos nos quais a equidade, a valorização da diferença e a participação ativa de todos se tornam princípios estruturantes do processo de ensino-aprendizagem.

O papel do docente é central nesse processo, exigindo formação crítica, sensibilidade cultural e habilidades para mediar diálogos interculturais, integrar saberes tradicionais e científicos, e promover experiências pedagógicas que conectem o aprendizado à realidade social, cultural e territorial dos estudantes. A atuação docente não se limita à transmissão de conteúdos, mas envolve o estímulo à reflexão crítica, ao fortalecimento de vínculos comunitários e à valorização da memória e da cultura local.

Nesse sentido, a educação quilombola emerge como um espaço de resistência cultural, de afirmação identitária e de promoção da cidadania plena, oferecendo oportunidades para que os alunos compreendam a complexidade do Brasil contemporâneo e se tornem agentes ativos na transformação de suas comunidades e da sociedade como um todo.

Além disso, a educação quilombola constitui um modelo pedagógico transformador que questiona os legados da colonialidade, confronta práticas excludentes e propõe a construção de um conhecimento plural e inclusivo, capaz de articular ciência, cultura e saberes tradicionais. Ao consolidar a educação como ferramenta de emancipação, resistência e valorização da cultura afro-brasileira, essa modalidade educativa fortalece não apenas a identidade dos sujeitos, mas também o compromisso social da escola, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

Assim, a educação quilombola não apenas cumpre seu papel acadêmico, mas se constitui em um projeto político-pedagógico que reafirma a dignidade, a memória e os direitos das comunidades negras, reafirmando seu lugar como protagonista na transformação das práticas educativas e sociais no Brasil contemporâneo.

REFERÊNCIAS

AIKENHEAD, Glen S. *Science education for everyday life: evidence-based practice*. New York, USA: Teachers College Press, 2006.

ARAÚJO, E. F. de. Educação Quilombola-EQ: a importância para a valorização da identidade cultural. 2024. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/ouricuri/article/download/21973/15429>. Acesso em: 5 out. 2025.

BEZERRA, N. X. O NEABI IFRN: amefricanidade e práticas pedagógicas quilombistas para uma formação humana integral na educação profissional e tecnológica. 2023.

BEZERRA, N. X. O NEABI IFRN: amefricanidade e práticas pedagógicas quilombistas para uma formação humana integral na educação profissional e tecnológica. 2023.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica- Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Disponível em: <https://etnicoracial.mec.gov.br/>. Acesso em 22/09/2024.

BRASIL, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica- Resolução Nº 8, de 20 de novembro de 2012. Disponível em: <https://etnicoracial.mec.gov.br/>. Acesso em 22/09/2024.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996.

CAMPOS, Margarida Cássia; GALLINARI, Tainara Sussai. A educação escolar quilombola e as escolas quilombolas no Brasil. Artigo. 2017.

CANDAU, V. M. *Educação e sociedade: interfaces entre políticas, currículo e práticas educativas*. São Paulo: Cortez, 2013.

conceito. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

GROSFOGUEL, R. *Decolonizing Post-Colonial Studies and Paradigms of Political-Economy: Transmodernity, Decolonial Thinking, and Global Coloniality*. Transmodernity, v.1, n.1, p. 1-37, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEVINÁS, E. *Totalidade e Infinito: Ensaio sobre a Exterioridade*. Lisboa: Instituto Piaget, 1977.

MALDONADO-TORRES, N. On the Coloniality of Being: Contributions to the Development of a Concept. *Cultural Studies*, v.21, n.2-3, p. 240-270, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 15. ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

MIRANDA, S. A. de. Quilombos e Educação: identidades em disputa. *Educar em Revista*, Curitiba, v. 34, n. 69, p. 193-207, jun. 2018. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/er/a/cQtxQ4L65n8K3wMYPZnnPWb/?lang=pt>. Acesso em: 5 out. 2025.

PIMENTA, S. G. GHEDIN, E. (Orgs.) *Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um*

ROCHA, Luis Félix de Barros Vieira. *Arte/educação no terreiro: a possibilidade de práticas pedagógicas antirracistas do(a) professor(a) de Arte através do ritual de Baião de Princesas da Casa Fanti Ashanti*, em São Luís/MA. 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

ROWLAND, T. *Cultura e educação: diversidade e progresso humano*. São Paulo: Cortez, 1987.

SANTOS, B. de S. *A ciência e a vida: ecologia dos saberes*. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, B. de S. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS, B. S. MENESES, M. P (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Marlete Mendes da Silva; SANTOS, Pedro Fernando dos. *A Educação Quilombola como Elemento de Fortalecimento e Consolidação da Identidade na Comunidade de Conceição das Crioulas*. *don Line Rev. Mult. Psic.* V.1 N. 53, p. 271-279., Dezembro/2020.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; SANTOS, Urbanize Cunha. *Estratégias de ensino para estudantes com deficiência visual em salas de aula regulares*. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; SANTOS, Urbanize Cunha (Org.). *Inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência visual*. São Paulo: Arché, 2024, p. 91-112.

SANTOS, Urbanize Cunha. *Estratégias de ensino para estudantes com deficiência visual em salas de aula regulares*. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva; SANTOS, Urbanize Cunha (Org.). *Inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência visual*. São Paulo: Arché, 2024, p. 91-112.

SILVA, E. J. da. *Educação como luta de resistência e afirmação da identidade*. 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/7417/741781124017.pdf>. Acesso em: 5 out. 2025.

WALSH, C. *Interculturalidade crítica e educação popular na América Latina*. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2001.

WALSH, Catherine. *La educación Intercultural en la Educación*. Peru: Ministerio de Educación. (documento de trabalho), 2001.